COM A REFORMA DA
PREVIDÊNCIA
DO GOVERNO
#VOCÊ NÃO VAI SE APOSENTAR!
A PROPOSTA DO GOVERNO
NÃO COMBATE AS DESIGUALDADES
NEM OS PRIVILÉGIOS.
ATACA OS MAIS POBRES!

NÃO É REFORMA.
É O FIM DO DIREITO À APOSENTADORIA!

O GOVERNO mente quando diz que a reforma da Previdência é necessária para o país e que as mudanças serão boas para os trabalhadores e as trabalhadoras. Ao contrário, a proposta dele é ainda mais dura que a do governo Temer e traz vários ataques.

O que O GOVERNO chama de "Nova Previdência" e de "reforma", na verdade, é a destruição do direito à aposentadoria e da Previdência Social no país.

As Centrais Sindicais reafirmam: não aceitaremos qualquer proposta que retire, diminua ou flexibilize os direitos assegurados pela Seguridade Social!

Só a mobilização pode defender as aposentadorias e a Previdência.

É preciso uma nova Greve Geral no país

Entre nessa luta!

FRENTE BRASIL POPULAR | CGTB | CSB | CSP Conlutas | CTB | CUT | FORÇA SINDICAL | INTERSINDICAL | INTERSINDICAL | NCST | UGT

A PREVIDÊNCIA DO GOVERNO

- Acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição!
- Impõe a obrigatoriedade de idade mínima para aposentadoria de 65 anos, para os homens, e 62 anos, para as mulheres!
- Aumenta o tempo mínimo de contribuição de 15 para 20 anos!
- Quem quiser receber o valor integral do benefício terá de trabalhar e contribuir ao INSS durante 40 anos!
- Muda o cálculo do valor do benefício. Ao invés de contabilizar 80% dos maiores salários, como é hoje, vai contabilizar todas as contribuições que você fez ao longo da vida, o que vai reduzir o valor do benefício.

O GOVERNO QUER QUE VOCÊ CONTRIBUA MAIS E RECEBA UM BENEFÍCIO MENOR!

ATAQUE ÀS MULHERES

As professoras do setor público terão de trabalhar mais dez anos e contribuir mais para se aposentar com benefício parcial.

Hoje, elas se aposentam com 50 anos de idade e 25 anos de contribuição. O governo quer que se aposentem com 60 anos de idade e 30 anos de contribuição.

O governo também quer aumentar a idade mínima de aposentadoria das trabalhadoras rurais de 55 anos para 60 anos de idade e o tempo de contribuição de 15 para 20 anos.

GOVERNO QUER METER A MÃO NO ABONO SALARIAL

O governo quer pagar o abono salarial do PIS/Pasep - um salário mínimo por ano - apenas para quem ganha até um salário mínimo. Hoje, todos que ganham até dois salários mínimos recebem o benefício. Se a reforma for aprovada, 23 milhões de trabalhadores perderão esse direito. É mais desigualdade! É mais pobreza!

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

O governo também quer reduzir os valores da pensão por morte de viúvos, viúvas e órfãos e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) pago a idosos pobres.

O BPC cairia de um salário mínimo (R$ 998) para R$ 400 e seria pago aos idosos em condição de miséria a partir dos 60 anos. Para receber o valor integral, o idoso terá de ter 70 anos, cinco anos a mais do que é exigido hoje.

MILITARES MANTÊM PRIVILÉGIOS

No caso da reforma da Previdência dos militares, a proposta do Governo não exige nenhum sacrifício, muito pelo contrário. O projeto prevê aumentos dos adicionais concedidos por cursos (de 30% para 73%), a criação de um adicional de disponibilidade que pode chegar a 32% do salário e o aumento da ajuda de custo do militar que vai para reserva de 4 para 8 salários.

Já a alíquota de contribuição deve aumentar de 7,5% para 10,5% de forma gradual até 2022 e o tempo de atividade passa de 30 para 35 anos, sendo que não é necessário cumprir idade mínima para garantir o benefício.

PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA

Se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Governo for aprovada, a Previdência vai ser privatizada e o dinheiro será transferido para os bancos.

É disso que se trata o regime de capitalização que o governo pretende criar e que obriga o trabalhador a abrir uma conta, pagar taxas de administração e depositar todo mês para se aposentar. E tudo sozinho. O patrão e o governo não vão mais contribuir. É a perda de um direito constitucional.

Onde esse sistema foi adotado, os aposentados viram os benefícios reduzirem a valores miseráveis ou sofreram calote.

Quem já é aposentado também vai sofrer, pois essa mudança levará à falência da atual Previdência pública e no futuro nem os atuais benefícios estarão garantidos.

A REFORMA E O FGTS

Se a proposta de reforma da Previdência for aprovada, os trabalhadores e trabalhadoras que se aposentarem e continuarem trabalhando na mesma empresa vão perder o direito de receber a multa de 40% sobre os depósitos efetuados na sua conta individual do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Além de ficarem livres de pagar a multa, os patrões não precisarão mais continuar recolhendo o FGTS dos trabalhadores aposentados.

O GOVERNO MENTE!
REFORMA NÃO É NECESSÁRIA!

O Governo diz que essas medidas são necessárias porque a Previdência Social está quebrada e com a reforma pode economizar R$ 1 trilhão em 10 anos. Isso é mentira!

A Previdência não está quebrada. Eles querem economizar colocando a conta nas costas do trabalhador e dos mais pobres.

Os recursos financeiros da Previdência Social vêm sendo desviados há décadas. Quando o governo desonera uma empresa, ele está desviando. Quando o governo isenta um setor, ele está desviando o dinheiro dos cofres do INSS.

Os empresários também metem a mão no dinheiro do INSS quando sonegam, embolsam o que foi descontado do seu salário ao invés de contribuir com o INSS.

Somente a sonegação chega a R$ 450 bilhões - mais que o dobro do suposto rombo nas contas da Previdência em 2018.

É PRECISO UMA GREVE GERAL PARA DEFENDER AS APOSENTADORIAS E A PREVIDÊNCIA!

Entre nessa luta!

SINTIMMMEB

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Brusque

METALÚRGICOS DE BRUSQUE

FRENTE BRASIL POPULAR

CGTB

CSB

CSP Conlutas

CTB

CUT

FORÇA SINDICAL

INTERSINDICAL

NCST

UGT